



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8985 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

Políticas de responsabilização escolar: uma revisão sistemática da literatura brasileira
Eric Ferdinando Kanai Passone - UNICID - Universidade Cidade de São Paulo

Políticas de responsabilização escolar: uma revisão sistemática da literatura brasileira

Resumo

Este trabalho aborda os resultados de uma revisão de literatura acerca das políticas de responsabilização escolar associadas aos resultados da avaliação externa da educação básica brasileira. A partir do depositório nacional de periódicos da Capes, identificou-se 49 produções acadêmico-científicas que investigam e/ou abordam a responsabilização escolar. Constata-se que a pesquisa nacional acerca do tema avançou na última década, distribuindo-se em pesquisas que se utilizam de metodologias quantitativas e qualitativas, com maior incidência de estudos qualitativos. Nos trabalhos identificados, observa-se que a responsabilização escolar se articula com as seguintes categorias temáticas: avaliação em larga escala (40% das produções); reforma educacional (27%); gestão escolar e educacional (21%); e, políticas de accountability (12%). Conclui-se que os estudos brasileiros revelam o modelo teórico anglo-saxão de avaliação e prestação de contas implementado no país, diferentemente do “reflexivo de accountability” relacionado aos países da Europa continental, que se revela menos diretivo, menos centralizado na responsabilização das unidades escolares.

Palavras-chave: Política educacional. Gestão educacional. Accountability. Nova gestão pública.

Introdução

O tema acerca da responsabilização escolar adquire maior aderência no Brasil do que em relação a outros países, embora haja pesquisadores que consideram a “accountability educacional” uma tendência mundial de regulação transnacional da educação, observável desde os governos das Américas aos da Europa e Ásia. Como explica Barroso (2005), a regulação transnacional revela uma espécie de “senso comum” internacional sobre a operacionalização e modalidades de gestão dos sistemas educativos. Tal tendência se articulava em torno de três dimensões complementares, a saber: a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização escolar (AFONSO, 2009).

A revisão de literatura revela a existência de uma arena de governança institucionalizada caracterizada por narrativas políticas compartilhadas que são traduzidas e disseminadas com variações, em cada um dos territórios nacionais. Como mostra Dupriez e

colaboradores (2020) em estudo comparado de países europeus, a despeito da difusão do global dessas políticas existe uma natureza específica do nível nacional em um conjunto de relações que conectam o local ao contexto internacional, em que há prevalência de histórias nacionais, (DUPRIEZ *et al*, 2020). Tal especificidade histórica, esclarecem os pesquisadores, ajudaria a compreender o maior ou menor aderência dos países às políticas de responsabilização escolar, embora a influência externa se concentre mais no processo decisório e no controle da execução das políticas educacionais, do que em modelos para organização e funcionamento dos sistemas educativos.

Mons e Durpriez (2010) mostram que a maioria dos países da OCDE fora influenciada, a partir dos anos 80 do século XX, por políticas focadas na indução de novos dispositivos de formação continuada para professores dentro de uma perspectiva de formação centrada ao longo da vida e na implementação de avaliações standardizadas dos alunos, articuladas a políticas mais amplas de *accountability*, que se pode definir como o incremento de medidas de produção do sistema educativo (indicadores) e da adoção de estratégias de responsabilização dos estabelecimentos escolares, no que diz respeito aos resultados obtidos por seus alunos. À diferença entre o modelo teórico anglo-saxão de avaliação e prestação de contas e o modelo alternativo dos países europeus, pode-se considerar que, enquanto o primeiro se caracteriza pela “*accountability dura*”, isto é, orientado ao jogo de sanções e recompensas severamente intrusivo e diretivo, integrando os dispositivos de avaliação standardizada com a formação continuada dos professores; o segundo, denominado de modelo “*reflexivo de accountability*” e relacionado aos países da Europa continental, se revela menos diretivo, menos centralizado na responsabilização das unidades escolares e menos articulado com a formação continuada dos professores.

No âmbito da literatura educacional brasileira, há indícios de que o crescente interesse dos governos e gestores educacionais pelas políticas de responsabilização escolar se inscreve como dissenso, isto é, um campo polêmico, com pouca visibilidade do impacto acerca da utilização dos resultados de testes padronizados como instrumentos de gestão educacional e regulação do trabalho escolar por meio dos incentivos monetários por desempenho (PASSONE, 2014, 2019). Com base na exposição dos argumentos acima, este trabalho buscou conhecer a produção acadêmica acerca da responsabilização escolar a partir da revisão bibliográfica sistemática, visando constituir um mapeamento ou estado da arte sobre a produção de conhecimento sobre *accountability educacional* a partir da identificação e análises das produções científicas nacionais.

Metodologia

Inicialmente, foi construído um instrumento para a coleta de dados a partir de planilhas eletrônicas. Utilizado o software Excel para a criação do banco de dados. Posteriormente, foi realizada uma busca nos bancos de periódicos da CAPES e do banco de dados de teses e dissertações (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD) mediante o uso dos descritores: responsabilização escolar; *accountability AND* responsabilização; avaliação *AND* responsabilização; gestão *AND* *accountability*; *accountability AND* avaliação educacional; e *accountability AND* avaliação externa. Neste processo, foi realizada a leitura dos resumos dos trabalhos coletados a fim de identificar os materiais que passaram por uma análise rigorosa visando conhecer os principais aspectos dessas produções para que seja possível constituir um mapeamento ou estudo sobre o estado do conhecimento sobre *accountability educacional*.

As produções coletadas nas duas plataformas – Periódicos CAPES e BDTD -, foram filtradas criteriosamente envolvendo o período entre 2010 e 2020, operadores booleanos e critérios de buscas disponibilizados pelos sites: tempo de busca; tipo de material; idioma;

periódicos revisados por pares; e tópico. Realizando, assim, uma análise do banco de dados a partir das categorias pré-definidas: tipo de produção; região, instituições de pesquisa, autores, resumo e resultados. Os dados apresentados a seguir são parciais e envolvem apenas o levantamento realizado no Portal de Periódicos da Capes.

Resultados parciais

A partir da pesquisa no banco de dados da CAPES utilizando os campos booleanos “qualquer” + “contém” e o filtro de periódicos e revisados por pares foi possível identificar 2.347 artigos relacionados. O período a ser investigado foi os últimos dez anos (2010 a 2020).

O primeiro critério de exclusão foi incluir o filtro “Education”, reduzindo para identificar 168 artigos. Com a leitura dos resumos, excluiu-se os trabalhos que não se enquadram no campo da educação, totalizando 49 artigos, sendo 20 relacionados ao descritor “Responsabilização escolar”, 7 artigos com os descritores “Accountability” AND “Responsabilização”, 9 trabalhos com “Avaliação” AND “Responsabilização”, 9 artigos com “Gestão” AND “Accountability”, 2 relacionados aos descritores “Accountability” AND “Avaliação Educacional” e 2 artigos com “Accountability” AND “Avaliação Externa”. (Quadro 1)

Quadro 1: Número de artigos selecionados, por descritores – Portal de Periódicos CAPES – 2010/2020

RESULTADOS POR DESCRITORES - PORTAL DA CAPES						
	RESPONSABILIZAÇÃO ESCOLAR	"ACCOUNTABILITY" AND "RESPONSABILIZAÇÃO"	"AVALIAÇÃO" AND "RESPONSABILIZAÇÃO"	"GESTÃO" AND "ACCOUNTABILITY"	"ACCOUNTABILITY" AND "AVALIAÇÃO EDUCACIONAL"	"ACCOUNTABILITY" AND "AVALIAÇÃO EXTERNA"
PRP	221	209 *	794 *	902	107*	141
EDUCATION	33	15	41	47	23	9
NÃO INCLUSO	9	1	11	24	6	0
UTILIZADOS	20	7	9	9	2	2

Fonte: Portal de Periódicos da Capes. Dados de pesquisa.

A Tabela 1 mostra que o aumento de artigos publicados sobre a responsabilização escolar, com o aumento de publicações acerca do tema em 2018.

Tabela 1: Relação de artigos encontrados por ano. Portal de Periódicos da CAPES – 2010/2020

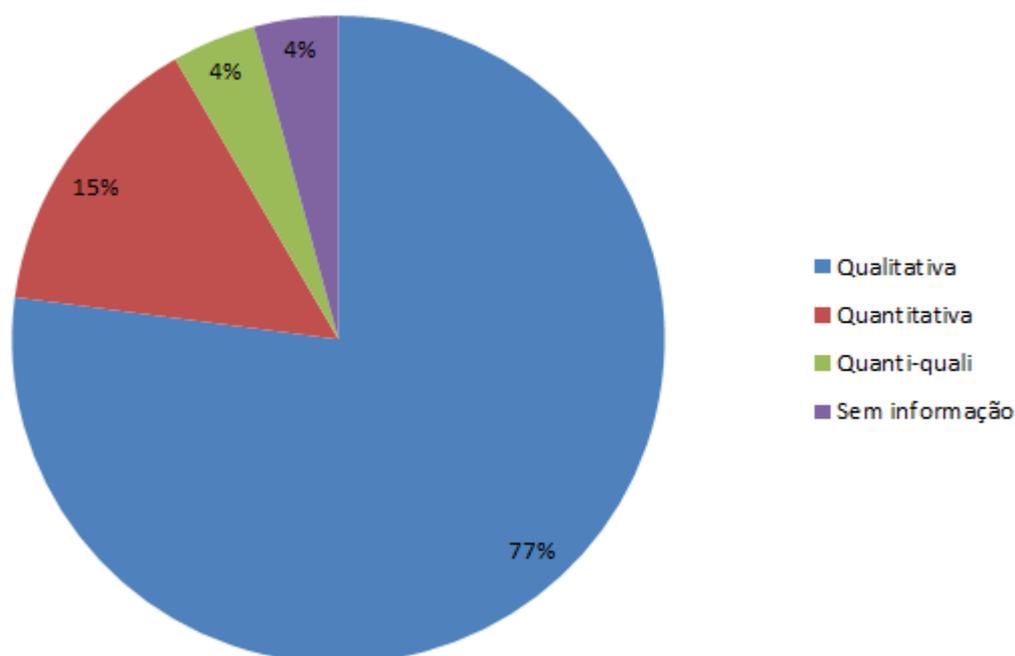
Ano	N	%
2010	2	4,1
2011	3	6,1
2012	6	12,2
2013	6	12,2
2014	2	4,1
2015	7	14,3
2016	6	12,2
2017	3	6,1

2018	9	18,4
2019	4	8,2
2020	1	2,0
TOTAL	49	100,0

Fonte: Dados de pesquisa.

A partir da leitura dos resumos dos 49 artigos foi possível identificar abordagem metodológica dessas produções (Gráfico 1). A abordagem qualitativa é apontada na maioria dos artigos (77%), sendo que os mesmos apresentam uma diversificação de métodos e instrumentos de pesquisa (entrevistas, questionários, pesquisa de campo, estudo de caso etc.). Em seguida, com 15%, encontra-se a abordagem quantitativa. Os artigos com abordagem quantitativa utilizaram-se de dados das avaliações externas de âmbito nacional, tais como o SAEB, o IDEB e a Prova Brasil, além de outras fontes oriundas de sistemas de avaliação estaduais, como o Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Ceará (SPAECE) e o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE).

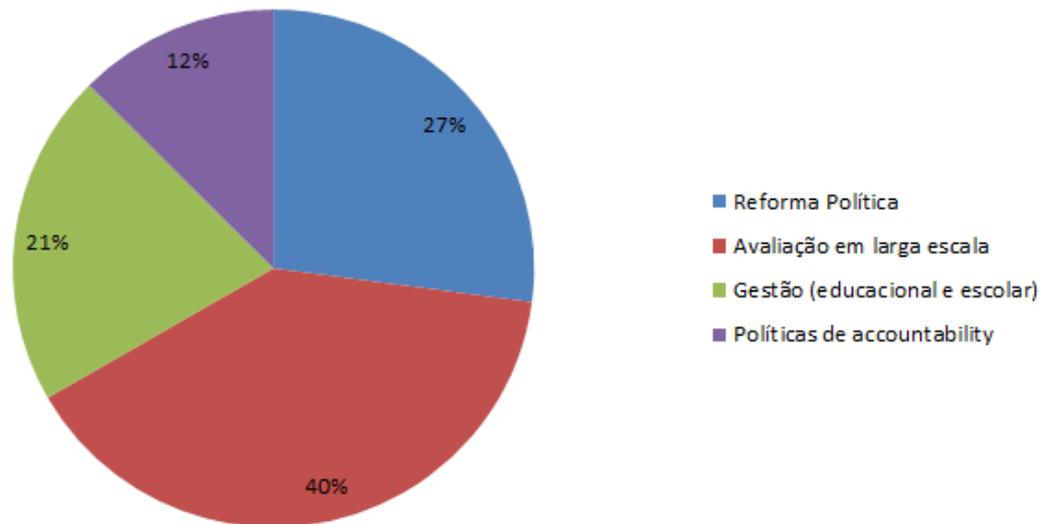
Gráfico 1: Tipo de abordagem metodológica informada nos resumos de periódicos – revisão bibliográfica sobre responsabilização escolar – 2010 a 2020. Banco de Periódico da Capes.



Fonte: Dados de pesquisa.

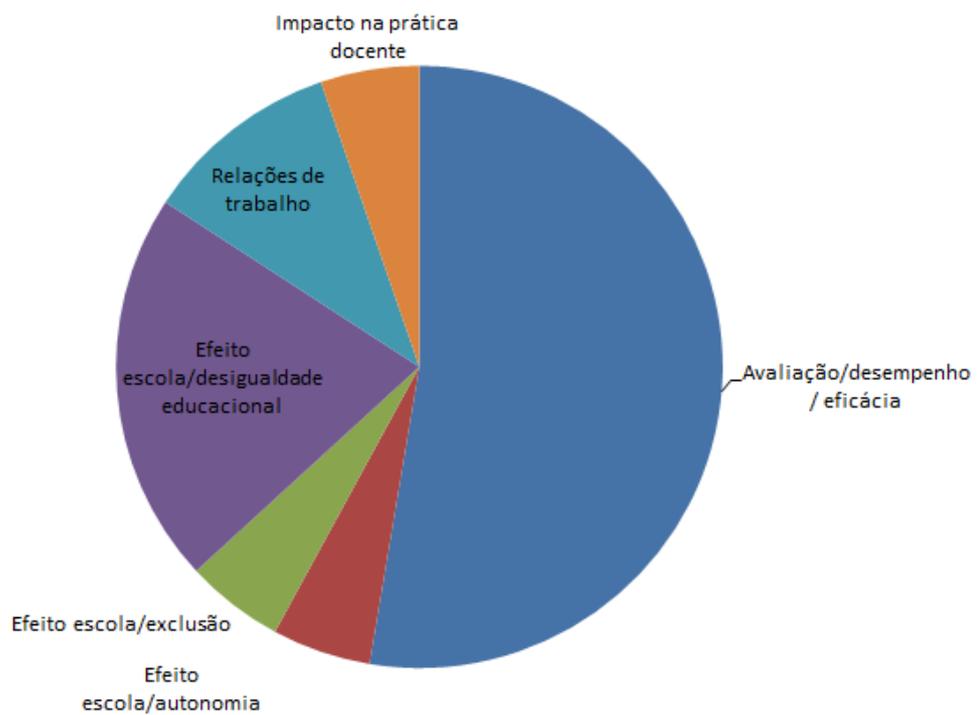
O gráfico 2 apresenta a distribuição dos artigos por categorias temáticas construídas *a-posteriori*, isto é, a partir da leitura flutuante dos resumos e da classificação dos mesmos em relação ao eixo discursivo tópico. A categoria “avaliação em larga escala” representa 40% dos artigos selecionados, seguido da categoria “reforma política” da educação, em que se encontram 27% dos trabalhos. Outros 33% objetivaram os temas relacionados à gestão escolar, abordando principalmente a nova gestão pública (NGP) e o gerencialismo, e, por último, os artigos que tratam especificamente das políticas de *accountability* (12%).

Gráfico 2: Distribuição das produções acadêmico-científicas, por categorias temáticas – revisão bibliográfica sobre responsabilização escolar 2010 a 2020 – Banco de Periódico da Capes.



Fonte: Dados de pesquisa.

Gráfico 3: Distribuição temática das produções acadêmico-científicas que abordam a Avaliação em Larga Escala – revisão bibliográfica sobre responsabilização escolar 2010 a 2020 - Banco de Periódico da Capes.



Fonte: Dados de pesquisa.

O gráfico 3 mostra a análise da categoria temática “Avaliação em larga escala”. A partir da leitura dos trabalhos foi possível subgrupar os trabalhos em seis dimensões, a saber: Avaliação/desempenho/eficácia (21%); “efeito escola/desigualdade educacional” (8%); a relação e efeitos das avaliações externa nas relações de trabalho (4%); além de artigos que versam sobre a relação das avaliações e seu impacto na prática docente (2%) e o efeito na autonomia da escola (2%).

Conclusões

No Brasil, nos últimos 30 anos, apesar da relevância da implementação dos dispositivos de avaliação educacional, enquanto subsídio às políticas públicas que compõem os sistemas federados de ensino, deve-se atentar para o modo como a implementação dos mesmos foi reinscrita por meio do imaginário da “Nova Gestão Pública” ou do modelo gerencial aplicado à gestão das escolas.

Nesse cenário, em face às novas formas de gestão e regulamentação da educação, este trabalho investigou a hegemonia creditada às políticas de responsabilização escolar atrelada às políticas educacionais de avaliação como modelo de gestão. Tal cenário revela o momento em que a avaliação em larga escala se tornou parâmetro às denominadas políticas de responsabilização escolar com “consequências fortes” ou *high stakes* (altos riscos).

A revisão de literatura sobre o tema mostrou como a utilização da avaliação de larga escala como subsídio às políticas de “consequências fortes”, isto é, como medida concreta ou material destinada à responsabilização escolar e docente, adquiriu destaque em detrimento de uma visão simbólica mais formativa, subsidiária e processual de avaliação da aprendizagem educacional, colocando em relevo o debate entre a relação das políticas avaliativas e o ideal de *accountability* bem como as implicações à gestão escolar e à reorganização do trabalho e das práticas de ensino (PEREZ; PASSONE, 2011).

No âmbito da literatura educacional brasileira, há indícios de que o crescente interesse dos governos e gestores educacionais pelas políticas de responsabilização escolar se inscreve como dissenso, isto é, um campo polêmico, com pouca visibilidade do impacto acerca da utilização dos resultados de testes padronizados como instrumentos de gestão educacional e regulação do trabalho escolar por meio dos incentivos monetários por desempenho.

Referências

AFONSO, A. J. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: Crítica à accountability baseada em testes standardizados e rankings escolares. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 13, p. 13-29, 2009.

DUPRIEZ, V; BARBANA, S.; DUMAY, X. Accountability policy forms in European educational systems: an introduction. *European Educational Research Journal*. V, 19, n. 2, p. 165-169, 2020.

MONS, N.; DURPIEZ, V. Les politiques d’accountability. Responsabilisation et formation continue des enseignants. **Recherche et formation**, v. 65, p. 45-59, 2010.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. A perspectiva política da educação comparada e as avaliações internacionais da qualidade da educação. **Políticas Educativas – PolEd**, [S.l.], v. 1, n. 1, ene. 2011.

PASSONE, E. F. K. Incentivos monetários para professores: avaliação, gestão e responsabilização na educação básica. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, n. 152, p. 424-448, jun.

2014.

_____. Da avaliação em larga escala ao furor avaliativo: a degradação do ato educativo.
Quaestio - Revista de Estudos em Educação, v. 21, n. 3, p. 945-964, 10 dez. 2019.